



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA
CNPJ: 01.612.322/0001-54

Nº DO PROCESSO 140201/2022
Nº DE FOLHAS 24
INSTRUMENTO

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140201/2022
Dispensa de Licitação nº 006/2022

Senhor Presidente:

Tendo em vista sua determinação, forneço-lhe o resultado do exame que fiz a respeito da possibilidade legal da contratação, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, da Empresa E S DAMASCENO EIRELI – ME, CNPJ: 21.578.292/0001-14, situada à Rua Colaco Veras, nº 60, Centro, Governador Luiz Rocha – MA, CEP: 65.795-000. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de plano de internet para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Governador Luiz Rocha/MA.

Com tal desiderato, confeccionei o seguinte

PARECER

A Câmara Municipal de Governador Luiz Rocha - MA, através de seu Presidente em exercício pretende a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO da Empresa E S DAMASCENO EIRELI – ME, CNPJ: 21.578.292/0001-14 para Contratação de empresa especializada para o fornecimento de plano de internet para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Governador Luiz Rocha/MA.

De pronto, constato que a pretensão encontra amparo jurídico no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que o possível contratado, além de reuni as condições previstas no dispositivo para efetivar tal prestação dos serviços.

Feitas estas indispensáveis considerações propedêuticas, início rememorando que, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, o processo de licitação é obrigatório para a Administração Pública contratar serviços com instituições privadas, senão vejamos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (grifo nosso)

Observo, por relevante, que, na ocorrência dos casos abrangidos nas ressalvas do dispositivo haverá apenas **procedimento de contratação** (palavreado técnico que compreende: licitação, dispensa e inexigibilidade) e não **processo de licitação** (que alberga: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão).

Na situação que se põe a exame deste jurídico vislumbro situar-se na hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO, posto tratar-se de valor abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) de acordo com a lei 8.666/93.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA
CNPJ: 01.612.322/0001-54

Nº DO PROCESSO 140201/22
Nº DE FOLHAS 25
Assinatura

Noutra perspectiva de análise, considero ainda que a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de plano de internet para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Governador Luiz Rocha/MA, abarca a situação de contratação direta por meio da dispensabilidade de licitação com fulcro no art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

Assim, a meu ver, a contratação da Empresa **E S DAMASCENO EIRELI – ME, CNPJ: 21.578.292/0001-14** encontra respaldo nos ditames da lei.

Por conseguinte, concluo que é o preenchimento dos requisitos impostos — tanto pela Lei Licitação quanto pela Corte Superior de Contas — que possibilita contratação direta com base na DISPENSA DE LICITAÇÃO, sendo da autoridade administrativa a competência para decretá-la (ato discricionário).

Posso afirmar, portanto, que na presente situação ocorre, claramente, o preenchimento dos requisitos necessários à DISPENSA DE LICITAÇÃO, prevista no artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

Por outro prisma, cumpre-me referir que a Empresa proponente acostou documentos aos autos do presente Processo Administrativo comprovando está habilitada a participar de processos licitatórios.

CONCLUSÃO

Para coroar minha conclusão e finalizar o parecer, trago à colação de uma Súmula que condensa o entendimento do Tribunal de Contas da União e que tem perfeita aplicação ao caso objeto deste Parecer:

SÚMULA 222: As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Isto posto, nada vejo em contrário à contratação da Empresa proponente por DISPENSA DE LICITAÇÃO, conclusão a que chego com base nas seguintes premissas:

- a) A Empresa proponente preenche os requisitos preconizados pela legislação pertinente (art. 24, II, da Lei 8.666/93) para ser contratada por DISPENSA DE LICITAÇÃO;

Pelo exposto, manifesto-me favorável à contratação dos serviços propostos pela Empresa **E S DAMASCENO EIRELI – ME, CNPJ: 21.578.292/0001-14**, por DISPENSA DE LICITAÇÃO.

SMJ, é o parecer, remeto à apreciação do órgão solicitante para análise e deliberação.

Governador Luiz Rocha - MA, 24 de fevereiro de 2022.

Germana Kaline dos Santos Silva
Germana Kaline dos Santos Silva
OAB sob o nº 22244
ASSESSORA JURÍDICA